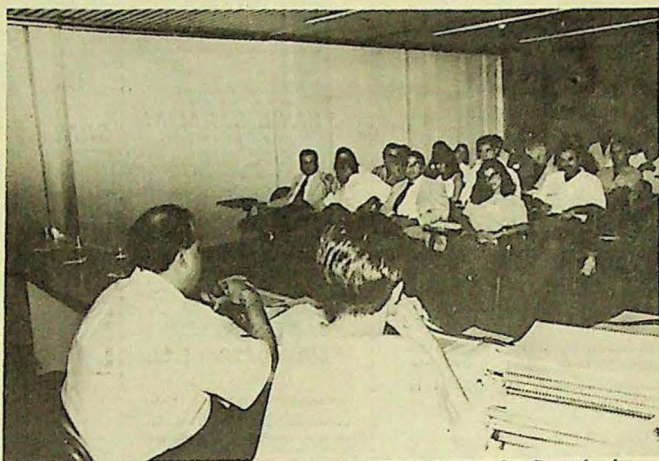


PMS	CPM	GERIN
BIBLIOTECA		
Jornal		
Tribuna da Bahia		
Data	04.05.94	
Caderno	Página	2
Cidade		
Seção		
Assunto		
Habitação		

Técnicos fixam em 160 mil unidades o déficit de moradia em Salvador

Salvador tem hoje um déficit habitacional de cerca de 160 mil unidades. Além disso, em toda a cidade, são mais de 500 invasões, concentrando aproximadamente um milhão de pessoas. Esses e outros dados começaram a ser discutidos ontem no Seminário de Direito à Moradia, que está sendo realizado na Casa do Comércio, em Salvador. "Os impasses jurídicos e o Código Civil brasileiro, totalmente ultrapassado, são os principais responsáveis pela concentração das propriedades privadas e pela expansão das habitações subhumanas", avaliou a responsável pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Pró-Moradia e Bem-Estar Urbano (Base), Vera Welgand.



Reportagem S. de Jesus

Seminário prossegue até sexta-feira na Casa do Comércio

Até sexta-feira, engenheiros, arquitetos, advogados e empresários do setor vão aprofundar o estudo e a análise das questões relativas ao direito à moradia. Serão discutidos temas como a Lei do Uso do Solo de Salvador, os loteamentos irregulares, o usucapião e a situação das terras de Salvador situadas em Lauro de Freitas, entre outros assuntos. Hoje, um dos temas mais aguardados é a discussão da Lei 8.666/93 que regulamenta a licitação pública.

"Com esta lei a concorrência

não é mais dispensada, obrigando a realização de licitação para a concessão de terrenos mesmo aqueles destinados à população carente", disse Vera Welgand. Segundo ela, no caso específico de lotes destinados à moradia da população de baixa renda, a licitação é "impossível e inexigível".

Quanto ao déficit habitacional registrado em Salvador, o assessor da Companhia Municipal de Habitação (Cohab), André Stura-

ro, garantiu que o órgão está "preocupado". Ele citou algumas medidas implementadas, como um loteamento semi-urbanizado, no Jardim Santo Inácio, que vai atender cerca de mil famílias, com renda mensal entre zero e três salários mínimos. "Os lotes serão pagos durante cinco anos", assegurou Sturaro, acrescentando que cada prestação terá um custo de cinco por cento do salário mínimo.